

LIMITES PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIALMENTE JUSTA EM ARAPIRACA - AL: REALIDADE QUILOMBOLA DA ESCOLA PROFESSOR LUIZ ALBERTO DE MELO

Erlânia Pereira da Silva - UFAL
Yzaac Francisco da Silva - UFAL
Maria Thaís Mota do Nascimento - UFAL
Tatielly Almeida Santos - UFAL
Joelma de Oliveira Albuquerque - UFAL

RESUMO

Este trabalho versa sobre os impactos do racismo estrutural no processo de construção social da escrita em escolares do ensino fundamental (anos finais) da comunidade quilombola de Pau D'arco, Arapiraca - AL. O objetivo é analisar fatores limitantes para uma educação socialmente justa para escolares da comunidade, especificamente, com o ensino do componente curricular Educação Física. Para a reflexão crítica, utiliza-se os pressupostos teóricos-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica, Psicologia Histórico Cultural e Abordagem Crítico-Superadora. A pesquisa é de abordagem qualitativa com procedimentos metodológicos de observação participante, já que essa é realizada em sala de aula com acompanhamento de 37 escolares (desde o 6º ano do ensino fundamental, em 2023) da Escola Professor Luiz Alberto de Melo (EPLAM). A priori, constata-se como limitantes para a não-apropriação da escrita enquanto elemento humanizador dos sujeitos - i. fatores sócio-históricos da população negra alagoana que ainda refletem nos índices de alfabetização; ii. descontinuidade e instabilidade dos profissionais da educação no município de Arapiraca-AL que impedem uma prática pedagógica contínua, coletiva e revolucionária considerando as características sócio-históricas da comunidade.

Palavras-chave: Construção social da escrita, Racismo estrutural, Educação quilombola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre os fatores internos e externos à Escola Professor Luiz Alberto de Melo (EPLAM) que interferem na construção social da linguagem escrita de escolares da comunidade quilombola de Pau D'arco. A pertinência desta temática perpassa as normativas - Lei Nº 10.639 de 2003 e a Lei Nº 12.288 de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) - que tratam da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino e da necessidade de uma educação que considere as características étnico-raciais, históricas e culturais dessa população em vistas à superação de desigualdades educacionais e sociais.

A priori, aponta-se o racismo estrutural (Almeida, 2019) como elemento fulcral, pois,

ele interliga e relaciona os demais fatores concernentes ao contexto no qual a escola está inserida. De modo que, apresenta-se alguns dos fatores históricos que traçam a realidade da população negra no Brasil, a começar pela negação do direito à educação que perpassa a abolição da escravatura (1888) - escravizados libertos, mas sem direito à terra nem políticas compensatórias pelos anos de trabalho prestados); Constituição Federal (1891) - considerado cidadão, pessoa capaz de votar e ser votada, as alfabetizadas, logo, pessoas negras não eram consideradas sequer cidadãs, pois não eram alfabetizadas.

Essa realidade começa a ser legalmente modificada, de acordo com Rocha (2023) a partir da Constituição Federal de 1988 (também conhecida como Constituição Cidadã), com a qual é assegurada o direito à terra - com demarcação do território quilombola; direito ao voto às pessoas analfabetas; educação como direito de todos e dever do Estado. Todavia, na década de 80, de acordo com Santos (2022) no relato de Laurinete Basílio - moradora da comunidade Pau D'arco (quilombola), “apenas duas pessoas tinha grau de escolaridade, que era o que podemos dizer hoje como o fundamental e a grande maioria eram analfabetos”.

Consoante a isso relaciona-se os dados atuais da população alagoana quanto à cor/raça, sendo de 67,40% parda ou preta (Brasil, 2023), e possuir o segundo pior índice de analfabetismo do país, com 14,4% da população acima de 15 anos analfabeta, de acordo com o censo do IBGE de 2022, o que pode ser explicado por Alagoas ter pertencido ao estado de Pernambuco - há pouco mais de 200 anos - estado cuja capital detinha um dos principais portos para o tráfico negreiro. Ademais, o estado de Alagoas se destaca por ter tido o mais reconhecido território de resistência - o Quilombo dos Palmares.

Neste íterim, apresenta-se a realidade do município de Arapiraca - AL quanto à descontinuidade do trabalho pedagógico, em virtude do último concurso público voltado à educação ter sido em 2013, desde então, ocorreu apenas Processos Seletivos Simplificados (PSS) em 2017, 2019, 2021 e 2023. Desta forma, a EPLAM conta com quatro docentes efetivos (atuantes em sala de aula) de um total de 15 (nos anos iniciais - dois efetivos e dois contratados; nos anos finais - dois efetivos, nove contratados) no ensino fundamental, tendo assim uma alta rotatividade de docentes.

Diante do contexto apresentado, a problemática desta pesquisa estrutura-se a partir dos aspectos históricos e culturais da comunidade Pau D'arco, e a possível interferência deles e dos fatores: i. nível de escolaridade de responsáveis; ii. descontinuidade do trabalho docente; iii. “desinteresse” das/dos escolares em realizar as atividades propostas enquanto fatores dificultantes para construção social da escrita de escolares da EPLAM.

A pesquisa, quanti-qualitativa, busca apreender a dinâmica da realidade, em que toda

mudança quantitativa está ligada a mudanças qualitativas, e vem se efetivando a partir da **observação-participante** e tem como **objetivo** analisar fatores internos (comunidade-escola) e externos (município-estado) limitantes para uma educação socialmente justa para escolares do ensino fundamental (anos finais) da escola quilombola EPLAM, do município de Arapiraca, com observações realizadas a partir do ensino do componente curricular Educação Física (EF).

Para análise crítica, a pesquisa faz uso dos pressupostos teóricos-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), Psicologia Histórico Cultural (Psi HC) e Abordagem Crítico-Superadora (ACS) da EF.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Conforme Marsiglia e Saviani (2017), a **construção social da escrita** passa por diferentes períodos, iniciando da “escrita pré-histórica”, à “escrita pictográfica (relação grafema-fonema)” e chegando à “escrita simbólica” ao final dos anos iniciais do ensino fundamental, não ocorrendo de forma natural (espontânea), pois necessita que a/o professor(a) medeie o desenvolvimento psíquico da/do escolar através dos signos sociais que possui, reconhecendo as atividades-guia (imitação, jogo de papéis, estudo) como parte importante para a organicidade do processo de alfabetização.

Dessa forma, ao tomar consciência do hiato apresentado pelos escolares no que tange a “transição da escrita pictográfica à escrita simbólica” (Martins et al., 2018), elaborou-se as categoria analíticas deste trabalho com base nos níveis de desenvolvimento psíquico (imminente e proximal) esperados para escolares do ensino fundamental, levando em conta o que propõe a PHC e a PSi HC, e também a BNCC (2018) no que tange ao uso da linguagem escrita, para que a/o escolar, nesse ciclo de ensino, consiga se expressar e partilhar informações (competência 3 - área de linguagens).

A pesquisa articula as dimensões qualitativas e quantitativas do fenômeno numa perspectiva dialética (Sánchez Gamboa, 2002), realizada a partir de observação-participante (Valadares, 2007). O lócus da pesquisa é a Escola Professor Luiz Alberto de Melo (EPLAM), comunidade quilombola de Pau D’arco, Arapiraca-AL; conta com o acompanhamento de 37 escolares, desde o 6º ano (A e B) ao longo dos anos de 2023-2024. Nesse sentido, mediante observação, os fenômenos que suscitaram o interesse investigativo foram: i. tempo e qualidade da escrita, ii. realização das atividades escolares; e iii. contexto sócio-cultural das/os escolares.

Em vistas disso, os dados foram obtidos através do ensino da EF (2023 - 2024) e analisados via análise de conteúdo (Bardin, 1979), a partir da qual categorizou-se as/os 37 escolares em 3 níveis de desenvolvimento - organizados quantitativamente (%) -, considerando a **expressão do conteúdo de EF por meio da escrita** das/dos escolares. Os níveis foram nomeados de A, B e C, e referem-se a: (A) desenvolvimento real - elabora sínteses de forma lógica e autoral - 10 (27%); (B) desenvolvimento iminente (proximal) - organiza e relaciona palavras em sentenças lógicas, com explicação auxiliar - 9 (24%); (C) desenvolvimento iminente (distal) - dificuldade fonográfica (relação som e escrita) das palavras e na organização de sentenças - 18 (49%).

Consoante aos dados analisados, observou-se que aproximadamente metade do total de escolares apresenta dificuldade na transição da linguagem escrita pictográfica para a simbólica, e eles sequer estão próximos ao estágio de desenvolvimento real - esperado para o ciclo de ensino - um percentual significativo, visto que o proposto pela BNCC (2018) é a alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental (anos iniciais). Na realidade da EPLAM, isso ocorreu apenas parcialmente e, em 2024, a referida realidade vem se perpetuando com escolares não-alfabetizados no 7º ano do ensino fundamental (anos finais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vistas à superação dessa realidade, a partir da prática pedagógica, é necessário reconhecer que a/o escolar também possui signos e que eles estão presentes no contexto histórico-cultural da comunidade em que vivem, desse modo, a/o docente não pode desconsiderar a realidade contextual da/do escolar. Ademais, para que a prática pedagógica dela/e esteja impregnada de significados e sejam estruturadas, a/o docente deve ter “em vista o que e a quem, ou seja, o que (conteúdo) deve ser ensinado e as especificidades do desenvolvimento e necessidades de aprendizagem de quem aprende (destinatário)” (Martins et al., 2018), sendo assim, a/o docente deverá mediar os signos que possui junto aos signos da/do escolar, dando qualidade (singular-particular-universal) à relação com a/o escolar; atividade necessária para que a/o escolar incorpore a linguagem escrita em si “para si”.

Dessa forma, para superar as desigualdades raciais, educacionais e construir uma educação socialmente justa para as/os escolares da EPLAM, deve-se levar em conta os fatores sócio-históricos que perpassam a comunidade: i. desigualdades sociais e educacionais; ii. a valorização do trabalho docente e iii. construção social da linguagem escrita, como partes fundamentais e indissociáveis para que as/os escolares do quilombo de Pau D’arco consigam



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

usufruir da linguagem escrita enquanto elemento “determinante para elevação da capacidade de pensamento dos sujeitos” (Marsiglia; Saviani, p. 12, 2017).

Em conclusão, apresenta-se duas propostas que podem atenuar as desigualdades raciais em Pau D’arco: i. políticas públicas de discriminação positiva para diminuir a rotatividade de docentes; ii. plano de metas e planejamento comum entre docentes visando a recomposição da aprendizagem de escolares com alta dificuldade de escrita, além de estratégias de aproximação entre escola e família.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASIL. Senado Federal. **População de Alagoas por cor-raça**. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/estados/es-al>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 22 nov. 2023.

ROCHA, J. A. S. **Construindo a identidade afrodescendente**: ensino de história na escola Professor Luiz Alberto de Melo, Pau D’Arco, Arapiraca (2005-2021). 2023.

SANTOS, L. L. O. **Narrativas docentes sobre os caminhos da educação quilombola na comunidade Pau d’Arco em Arapiraca, Alagoas**. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

MARSIGLIA, A. C. G.; SAVIANI, D. Prática pedagógica alfabetizadora à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. **Psicologia em estudo**, v. 22, n. 1, p. 03-13, 2017.

MARTINS, L. M.; CARVALHO, B.; DANGIÓ, M. C. S. O processo de alfabetização: da pré-história da escrita a escrita simbólica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 337-346, 2018.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. (Org.) **Pesquisa Educacional**: quantidade qualidade. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALADARES, L. (2007). Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.63, p.153-155.